

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

1 No vigésimo nono dia do mês de Julho do ano de 2022, às 09:30, em ambiente virtual por
2 meio do *link* meet.google.com/qgb-kfxk-fue deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho
3 Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual - COPEAS. Fizeram-se presentes as
4 **Representantes Governamentais: Silmara Cristina Sartori (SETI); Carla Konieczniak**
5 **Aguiar (SESA); Maria Eduarda Janotto (DEDIF/SEJUF); Sociedade Civil: Véra Lucia**
6 **Stadler (Associação Fênix); Regina Rempel (Instituto Construindo Um Lar Seguro); Edna**
7 **Siqueira (Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança); Carmen Regina**
8 **Ribeiro (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos**
9 **Reprodutivos/Regional Paraná); Gisele Martinazzo (Instituto Inocência); Gilberto**
10 **Belarmino (ACTEP); Érica Soumaili Pelloi (Sistema de Apoio a Saúde São Rafael);**
11 **Convidadas/Colaboradoras: Andréia Corat (SEJUF/DEDIF); Silvane Farah .**
12 **Justificativas de Ausência:** Rosineide justificou sua ausência, pois estava em período
13 de Férias. Larissa justificou sua ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, enquanto era
14 aguardado o preenchimento de quórum, Andréia informou que repassou a todas (os) o
15 Regimento Interno refeito pela Carmen, este que contém questões pendentes no final do
16 documento, como: *“questionamento apresentado pela Dra. Sandra da OAB em relação*
17 *aos termos ‘abuso sexual’ e ‘violência sexual’; Vera questiona a existência de*
18 *Conferências uma vez que não existem Conselhos Municipais ou Federal semelhantes;*
19 *Vera propôs a instituição de uma comissão para formatar a criação do Fundo de combate*
20 *à violência sexual/ abuso sexual.”*. Sandra solicitou que o Regimento Interno com as
21 alterações seja encaminhado novamente para ela, pois não recebeu. Carla informou que
22 encontrou nos arquivos da secretaria a memória de uma reunião realizada em 2019,
23 esclarecendo bastante as questões da Lei e do Decreto, com a participação da OAB,
24 Ministério Público, SEJUF e da Delegacia da Mulher, e que ela pensou em escanear e
25 encaminhar para as demais representantes. Edna ressaltou a importância da criação de
26 um Fundo para o Conselho e que sejam elaboradas formas de arrecadar recursos para
27 que este colegiado possa deliberar as entidades, que nos municípios têm tido dificuldade
28 para atender o público-alvo, além do grande aumento de casos durante a pandemia. Edna
29 perguntou sobre a confecção dos Cartões Corporativos. Andréia respondeu que a Evlin
30 estava responsável e não tem informações sobre, além de que, em Julho houve um
31 problema do qual nenhum cartão chegou na SEJUF, mas que após a reunião irá verificar
32 a questão na Central de Viagens. Logo após, Andréia fez uma chamada nominal para

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL**

33 verificar o quórum da reunião e conforme o número necessário de presentes foi atingido,
34 deu-se início a reunião. **2. Aprovação das pautas:** Andréia realizou a leitura das pautas e
35 a colocou em aprovação. As pautas foram aprovadas. **3. Aprovação da ata de Junho:** A
36 pauta não foi debatida e nem posta em votação durante a reunião e conseqüentemente
37 não foi aprovada. **4. Minuta do Regimento Interno:** Carla informou novamente que
38 encontrou nos arquivos uma memória de reuniões de 2019 e que é válida a leitura para
39 compreender a forma que se constituiu o Conselho, auxiliando na construção do
40 Regimento Interno. Andréia perguntou se nessa reunião citada por Carla não tem a
41 construção do Regimento Interno. Carla respondeu que a construção do regimento era só
42 um encaminhamento e que teve as participações das (os) seguintes representantes:
43 “*Bernadete Maria Carraro (SESA/DAPS), Marcelo Jarcia (OAB-PR/Comissão da Criança*
44 *e Adolescente), Marcia Marcondes (CODEM/DPC/SESP), Regina Bley (SEJUF), Denise*
45 *Masson (SEJUF/CPCA), Olympio de Sá Sotto Maior Neto (MPPR), Ana Raggio*
46 *(SEJUF/DEDIF) e Tatiani Macarini (SEJUF/DDM).* Carla realizou a leitura completa da
47 memória - o documento foi compartilhado por Carla no grupo de *Whatsapp* do COPEAS.
48 Após a leitura, Carla informou que sua proposta é de trazer a discussão com relação à
49 legislação e ao decreto - o decreto foi aprovado logo após a reunião da memória
50 compartilhada. Além disso, Carla destacou a essencialidade de que o conselho tenha
51 uma base para avançar nas demais questões e que ela enquanto Secretaria de Saúde
52 tem muito a contribuir, podendo apresentar o que vem sendo feito na área da prevenção e
53 atenção às pessoas em situação de violência, especificamente com relação à violência
54 sexual. Inclusive, o protocolo que foi citado na memória foi atualizado com a participação
55 de diversas entidades, este que é um protocolo voltado para as pessoas em situação de
56 violência com um olhar ampliado, contando com a participação de equipes
57 multifuncionais. Além do protocolo, foi elaborada uma Cooperação Técnica em 2020 com
58 o Instituto Médico Legal (IML) onde foi estruturado no Estado do Paraná a atenção
59 humanizada as pessoas em situação de violência sexual. Portanto, Carla ressaltou que há
60 um arcabouço de documentos de referência que podem colaborar e que tem certeza que
61 outras instituições e secretarias também possuem, podendo o conselho trabalhar de
62 forma conjunta, retomando a proposta da Sandra em fazer as oficinas de capacitação.
63 Sandra registrou que o Decreto realmente ampliou as atribuições do Conselho e que a
64 reunião da memória supracitada aconteceu no dia 07 de Maio de 2019 e o Decreto que

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

65 regulamenta a lei que cria o COPEAS é de Dezembro de 2019. E que o Art. 2º amplia
66 demais as competências com uma série de ações que caberiam ao COPEAS, sendo
67 difícil cumprir 1/10 (*um décimo*) das atribuições descritas em apenas 01 ano, mas caso
68 sejam cumpridas seria de extrema ajuda à comunidade. Sandra também registrou que ao
69 ler a ata percebeu que há a confusão da terminologia 'abuso sexual' e ela entende que
70 esse talvez seja o maior desafio do Conselho, pois o Olympio fala em dado momento fala
71 do Núcleo de Apoio à Víctima de Estupro (NAVES) que é um órgão que atende vítimas
72 acima de 18 anos, mas não diferencia entre pessoas que estão incapacitadas ou vítimas
73 em uso de substâncias psicoativas, e que, pensando no processo penal e criminal são
74 questões significativas e relevantes. Por exemplo, não se consegue encaminhar uma
75 mulher com menos de 18 anos para a Delegacia da Mulher, mas sim para o Núcleo de
76 Proteção à Criança e ao Adolescente Víctimas de Crimes (NUCRIA) ou o caso de uma
77 criança de até 12 anos, ela não vai para o Hospital das Clínicas, ela vai para o Pequeno
78 Príncipe, mas se ela tiver engravidado ela necessita ir ao Hospital de Clínicas, Mackenzie
79 ou HT. Portanto, Sandra reiterou que não se pode avançar enquanto COPEAS sem ter o
80 conhecimento extremamente específico dessas questões e das abordagens das vítimas
81 de abuso sexual, que para ela são menores de 18 anos ou incapacidades, pois é diferente
82 de uma pessoa maior de idade que sofre violência sexual, sendo abordagens
83 completamente diferentes de acordo com cada caso. Edna ressaltou a urgência de
84 realização das capacitações para todos os membros do Conselho. Sandra registrou sua
85 aflição quanto ao tema e sua urgência, inclusive por conta das repercussões da violência
86 sexual, especificamente em relação ao abuso sexual de crianças que ocorrem
87 majoritariamente dentro das residências e unidades familiares, tendo uma repercussão
88 desastrosa na esfera civil e que ela, como advogada que atua na área, luta contra uma lei
89 que segundo Sandra é inconstitucional: a Lei de Alienação Parental. Pois é muito
90 estimulada a denúncia de abuso sexual, entretanto, quando as mulheres denunciam são
91 acusadas de fazer alienação parental e todo o relato de violência sexual precedente
92 acaba tomando repercussões e dimensões menores, porque os agressores dizem que
93 estão sendo alienados. Isso é muito grave e as mulheres estão sendo silenciadas e que
94 se antes não haviam denúncias por desconhecimento de como fazê-las, agora também
95 não há denúncias, mas apenas os sub-registros e as subnotificações porque as mulheres
96 temem perder a guarda dos seus filhos, algo muito sério que tem acontecido

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL**

97 reiteradamente. Essas pessoas precisam ser acolhidas, ouvidas, legitimadas e protegidas
98 mais uma vez dos seus próprios agressores. Andréia sugeriu que seja realizada uma
99 reunião presencial com todas (os) para tratar do regimento, pois na primeira reunião que
100 ela participou já havia a discussão sobre o documento e não foi percebido alguns pontos
101 essenciais, como no Art. 6º não haver a nomeação da OAB com vaga garantida na
102 Sociedade Civil sem necessidade de eleição. Vera sugeriu que seja realizada uma Força
103 Tarefa de todas as (os) conselheiras (os), que seja repassada a versão atualizada do
104 Regimento Interno para todas (os) e que na próxima reunião de agosto, presencialmente,
105 sejam feitas todas as definições para aprovação do regimento interno. Edna reiterou a
106 sugestão e indicou que as (os) titulares que não puderem comparecer, a suplência deve
107 estar presente. Vera acrescentou que as questões de substituição de representantes
108 também devem ser organizadas com máxima urgência para que o conselho esteja
109 totalmente completo e funcional. Além disso, muitas das vezes a Sociedade Civil é quem
110 majoritariamente compõe o quórum por conta da ausência da grande e constante
111 ausência dos representantes governamentais. Vera solicitou que seja informada a
112 situação dos decretos de nomeação durante o mês. Sandra sugeriu que seja realizada
113 uma primeira formação/capacitação para definir parâmetros mínimos do Regimento
114 Interno para quando a reunião ordinária for realizada a aprovação seja mais definitiva.
115 Além disso, Sandra se propôs a conversar com Regina Bley para resgatar um pouco do
116 que foi discutido no processo de formação do COPEAS. Carla concordou e sugeriu que
117 nessa primeira capacitação é importante trazer explicações sobre os conceitos técnicos,
118 não somente na área da saúde, mas de forma ampliada em todas as esferas abrangidas
119 pelo COPEAS. Andréia indicou que 1 ou 2 horas é muito pouco para discutir essa
120 situação, podendo ser realizada durante todo o período da tarde. Edna sugeriu que seja o
121 dia todo, pois apenas um período ainda deixará pontos pendentes. Carla indicou que a
122 reunião deverá ter uma pauta bem estruturada para que seja mais prática, produtiva e
123 objetiva. Andréia solicitou que todas (os) confirmassem seus *e-mails* para
124 encaminhamento das pautas e regimento interno atualizado. Por fim, Carla reforçou a
125 proposta de encaminhamento, que seria a criação de um Grupo de Trabalho para realizar
126 os movimentos iniciais e capacitação, estruturando a base do Conselho - quem tiver
127 interesse deve se manifestar para compor o GT. **5. Encerramento:** Em conclusão,
128 Andréia agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a Reunião Ordinária do

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

129 Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual - Paraná. A presente ata foi
130 lavrada por Davi da Rosa.
131
132